

# JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe • Ano XIV - Edição 97 - Agosto de 2014

## ENGANADOS E EXPLORADOS

Falsas promessas atraem vítimas para um crime com várias modalidades: o tráfico de pessoas



### GRAFITAGEM

Arte de rua é levada para escolas com o tema da violência doméstica



### FONAJUV

Juízes se reúnem em Aracaju para falar sobre infração infantojuvenil



Conciliação permite acordo entre empresas e consumidores inadimplentes no *Arraiá do Limpa Nome*



Ela pode !

Ele pode !

# **MANTER A PAZ !**

Mulheres e Homens, juntos,  
pelo fim da violência doméstica.



COORDENADORIA  
DA MULHER



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE



## EDITORIAL

Euler Ferreira

As eleições batem à porta e no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe a equipe trabalha em ritmo acelerado para organizar mais um pleito. Por isso, nesta edição da *Judiciarium*, trouxemos uma entrevista com o Desembargador Cezário Siqueira Neto, que nos fala sobre os preparativos para a segunda eleição com o sistema biométrico e ressalta a importância do trabalho dos mesários voluntários.

Já a matéria de destaque desta edição é sobre tráfico de pessoas, assunto que preocupa não só as autoridades policiais como outros ramos da sociedade, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça e da Igreja Católica. A reportagem mostra que, muitas vezes, o problema está mais próximo do que imaginamos, relatando, inclusive, um caso ocorrido em Aracaju, no início do ano passado.

Outros destaques são dois importantes eventos realizados no primeiro semestre: o *Fonajuv*, que reuniu em Aracaju dezenas de Juízes da área da infância e juventude de todo o Brasil e o *Arraiá do Limpa Nome*, que oportunizou mais de seis mil acordos entre empresas e consumidores inadimplentes. Ah, também não deixe de ler os artigos, um sobre as mazelas do racismo desde os tempos de Tobias Barreto e outro sobre os desafios que uma ex-estagiária do TJ enfrentou na Índia. Boa leitura!

# NESTA EDIÇÃO



04

Presidente do TRE fala sobre preparativos para as eleições



06

Iolanda Guimarães toma posse como Desembargadora do TJSE



19

Presidência distribui 2.258 novos computadores

30 Etiologia de “Ignorabimus”, por Hunald Fontes de Alencar

33 Do Tribunal de Justiça para a Índia, por Marie Heinisch

35 Saúde do Servidor: você sabe enfrentar a menopausa?

37 Acontece, por Denise Rambo

38 Dicas de livros

### REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Diretor EULER FERREIRA **Chefe da Divisão de Imprensa** LUCIANO AUGUSTO **Editores** JANAINA CRUZ (DRT 857/SE),

**Reportagens** DENISE RODRIGUES, DENISE RAMBO, LUCIANO ARAUJO, MAÍRA SILVEIRA (estagiária)

**Fotografia** BRUNO CÉSAR **Projeto gráfico e editoração** EDUARDO LINS **Revisão** RONALDSON SOUSA

**Impressão** PADRÃO GRÁFICA EDITORA **Tiragem:** 1.000 exemplares

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**

Praça Fausto Cardoso, 112 - Centro - Aracaju, SE - 49080-010

Fone: (79) 3226-3100 - E-mail: dircom@tjse.jus.br - www.tjse.jus.br

# Eleitorado sergipano contará com mais de três mil urnas eletrônicas novas

*Desembargador Cezário Siqueira Neto revela preparação do TRE para as eleições e diz que mais de 20 mil pessoas trabalharão este ano*

Com mais de um milhão e quatrocentos mil eleitores, Sergipe fará, pela segunda vez, eleições com a identificação biométrica. Mais de seis mil urnas e cerca de 20 mil pessoas estarão distribuídas em centenas de locais de votação no dia 5 de outubro. Nesta entrevista, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Desembargador Cezário Siqueira Neto, conta como é a preparação para esse grande exercício da democracia. Ele, que tomou posse como Presidente do TRE no dia 10 de janeiro deste ano, falou também da importância do mesário voluntário e disse que as eleições no Brasil é uma das mais avançadas do mundo.

**REVISTA JUDICIARIUM –** Como o TRE de Sergipe está se preparando para as eleições de outubro?

**CEZÁRIO SIQUEIRA NETO** – O TRE está seguindo a sua agenda administrativa. Todos os atos preparatórios para as eleições vindouras estão dentro dos prazos estabelecidos, pois o TRE conta com uma equipe muito preparada e dispõe dos meios materiais necessários.

**JUDICIARIUM –** Existe um trabalho especial de revisão das urnas eletrônicas? Quantas urnas são utilizadas nas eleições

*“O Brasil é possuidor de um sistema seguro e ágil. Devemos nos orgulhar disso e reconhecer o avanço tecnológico que representa em termos de eleições.”*

em Sergipe e qual o percentual de falha delas?

**CSN –** As urnas eletrônicas estão em constante manutenção. Possuíamos, entretanto, urnas de 2008, com as quais houve alguns problemas de travamento nas Eleições de 2012, por conta da utilização dos recursos de biometria. No início do ano, tive um encontro com o Ministro Marco Aurélio, então Presidente do TSE, e consegui para nosso Estado urnas mais novas. São 3.253 urnas que substituirão as de 2008. Somadas a essas novas urnas, temos 3.379 urnas de 2009, 2010 e 2013, formando um total de 6.632 urnas que serão utilizadas em 2014.

**JUDICIARIUM –** Como é feito o esquema de substituição das urnas que apresentam algum tipo de problema no dia do pleito?

**CSN –** Durante o pleito, existem diversas equipes de suporte que estão treinadas e de prontidão para as contingências de urna. Havendo algum problema em determinada urna, o pessoal de suporte faz um diagnóstico do problema e, dependendo do caso, pode ser realizado um procedimento básico de reinicialização do sistema ou até a substituição da urna, caso não seja recuperada. Com a

substituição, os dados de votação que constavam na urna substituída passam para a nova urna, não havendo assim perda dos votos que já foram dados. É interessante lembrar que os votos constantes do registro da urna não fazem referência ao eleitor, isto é, não fica registrado que o eleitor votou nesse ou naquele candidato, mas apenas a quantidade de votos que foi dada a cada candidato, o que impossibilita violar o segredo do voto.

**JUDICIARIUM –** Quantas pessoas, entre servidores do TRE e voluntários, trabalham no dia da eleição?

**CSN –** Serão mais de 20 mil pessoas no Estado envolvidas na execução do pleito em diversas funções. De mesários a motoristas, de coordenadores de local de votação a auxiliares de Cartório, de servidores a escrutinadores e membros das juntas eleitorais, temos uma imensa lista de tarefas a serem cumpridas por essas pessoas que, atuando especificamente em cada função, tornam as eleições em nosso país a mais eficiente e rápida do mundo.

**JUDICIARIUM –** Qual a importância dos mesários voluntários para as eleições? Quais são os direitos que eles têm?

**CSN –** Os mesários



*“O mesário é, na realidade, o próprio cidadão executando as eleições.”*

voluntários, sem os quais não teríamos condições de executar a recepção dos votos nas seções eleitorais, têm assim uma valorosa participação no pleito. Essas pessoas mostram-se interessadas em fazer a democracia funcionar de fato e têm a oportunidade de aprender a lidar com a urna eletrônica, além de fiscalizar o andamento das eleições. O mesário é, na realidade, o próprio cidadão executando as eleições. Por isso, os mesários voluntários têm alguns benefícios. Posso citar a possibilidade de utilizar o trabalho de mesário como critério de desempate em concursos públicos, quando constante do edital, além das folgas, do vale-alimentação e da

utilização das horas trabalhadas como horas de extensão nas faculdades.

**JUDICIARIUM** – *Esta será a segunda eleição em Sergipe com a identificação biométrica. Quais foram as vantagens trazidas por esse novo modelo? Foi feito algum ajuste nesse sentido?*

**CSN** – As vantagens são no sentido de maior rapidez da votação do eleitor e quanto à segurança na identificação deste. Ajustes sempre são realizados, agora mesmo, estamos substituindo uma considerável quantidade de urnas por modelos mais novos, que possibilitarão a agilização da votação.

**JUDICIARIUM** – *Há muitos anos, os eleitores brasileiros têm o resultado do pleito no dia da eleição. O Brasil pode mesmo ser considerado um dos países mais avançados quando falamos em apuração eleitoral?*

**CSN** – Sem sombra de dúvida, o Brasil, um país de dimensão continental, é possuidor de um sistema seguro e ágil. Devemos nos orgulhar disso e reconhecer o avanço tecnológico que representa em termos de eleições. Ademais, é louvável a possibilidade de no mesmo dia, a população brasileira já saber quais são os representantes eleitos.

# Juíza Iolanda Guimarães toma posse como Desembargadora

*Após 25 anos na magistratura, ela agora compõe a Câmara Criminal do TJSE*



“Assumo o cargo de Desembargadora com os mesmos sentimentos da Juíza iniciante, sentimentos agora amadurecidos pela experiência, revigorados pela convicção formada ao longo da minha carreira. O tempo não fez fenecer o sonho, pelo contrário, o sonho assumiu novas características a partir do contato com angústias, tantas vezes o desespero, também o malefício do crime, episódios que se sucedem na vida de um magistrado”. O trecho do discurso da Juíza Iolanda Guimarães, que no dia 9 de junho tomou posse como Desembargadora do TJSE, traduz o que os 25 anos de atuação como magistrada trouxeram de experiência para o novo cargo.

Para ela, o momento é de ampliar as atribuições, com a consciência de que quanto



*Após o juramento, a Desembargadora assinou o termo de posse e foi agraciada com Colar do Mérito Judiciário pelo Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda. À direita, com a Ministra do STJ, Marilza Maynard, e as homenagens do Desembargador Ruy Pinheiro e do Presidente da Amase, Gustavo Plech*





maior e mais importante for o cargo, “maior deverá ser a vestimenta da humildade recobrando a toga da Magistratura”. Ainda em seu discurso, a nova Desembargadora disse que o Judiciário não pode ser visto como um Poder contemplativo. “A consciência de cada Juiz terá sempre de reservar um espaço para a percepção dos fenômenos sociais. Assim, a aplicação das leis terá a flexibilidade indispensável para torná-las adequadas às diversas situações de fato surgidas num organismo social que se revitalizará ou entrará em colapso se não for revigorado permanentemente”, analisou durante a posse.

A cerimônia teve início com o juramento da magistrada, assinatura do termo de posse e concessão do *Colar do Mérito Judiciário*, um reconhecimento aos relevantes serviços prestados. Depois, ela foi saudada pelo Desembargador Ruy Pinheiro, em nome do Colegiado. “É uma alegria fazer essa saudação. O Colegiado a recebe de braços abertos porque ela preenche todos requisitos necessários para alçar esse cargo. Homenageio-a de acordo com suas qualidades pessoais, mãe de família, pessoa que sempre distribuiu Justiça com equidade, e também faço uma homenagem à Desembargadora Geni Schuster, que muito honrou o Poder Judiciário sergipano”, enalteceu o Desembargador Ruy.

Logo em seguida, discursaram o Procurador e Ouvidor do Ministério Público

de Sergipe, José Carlos de Oliveira, e o Presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), Gustavo Plech. O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Sergipe, Carlos Augusto Monteiro Nascimento, também homenageou a Desembargadora Iolanda Guimarães. “Trago o abraço da advocacia e desejo sucesso nessa nova jornada, que ela atravessará com muita competência e capacidade, características bem peculiares a ela, honrando a tradição de um Judiciário que é exemplo para todo Brasil”, elogiou o presidente da OAB/Sergipe.

“Recebemos a Desembargadora recém-empossada com muita honra, esperando que ela continue realizando o trabalho que vinha sendo feito como substituta da Desembargadora Marilza Maynard. Nossos Desembargadores têm honrado o nome do Tribunal, tanto que Sergipe é um Estado destaque no cenário nacional. Estive, recentemente, em um encontro de Presidentes e constatei que Sergipe é respeitado por outros Tribunais”, informou o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda.

Para a Desembargadora Marilza Maynard, que desde setembro de 2012 está como Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a colega que a substituiu vai realizar um bom trabalho. “Sem dúvida é uma alegria muito grande porque nós temos uma juíza competente, muito caprichosa, que teve oportunidade de ficar no

Tribunal de Justiça por muito tempo e conseguiu apresentar o seu trabalho muito próximo de todos os desembargadores. Então, o Tribunal de Justiça está de parabéns e a sociedade também”, comentou a Desembargadora Marilza Maynard.

## Trajetória

Natural de Aracaju (SE), Iolanda Santos Guimarães bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, em 1985, e tomou posse como Juíza do TJSE no dia 26 de dezembro de 1989. Atuou nos Juizados Especiais Cíveis, na Comarca de Cedro de São João, na Auditoria Militar, no Tribunal do Júri, onde ficou por 12 anos e, por último, na 21ª Vara Cível da Comarca de Aracaju. A magistrada foi escolhida por critério de merecimento e ocupa a vaga deixada pela Desembargadora Geni Silveira Schuster, que se aposentou em janeiro deste ano.



*Da esquerda para direita, com os Desembargadores Luiz Mendonça, Aparecida Gama, Suzana Carvalho, Cláudio Déda, José dos Anjos, Osório de Araújo Ramos Filho e Roberto Porto. Abaixo, da esquerda para a direita, com o filho Vítor, o esposo Moacyr Mota, a filha Isabela e o genro Gustavo*



# TJSE realiza projeto inédito para negociação entre inadimplentes e empresas

*Arraiá do Limpa Nome aconteceu durante nove dias e atendeu mais de seis mil pessoas*



De 3 a 6 e 9 a 13 de junho, o Tribunal de Justiça de Sergipe realizou o primeiro *Arraiá do Limpa Nome*. A iniciativa foi do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Soluções de Conflitos e Cidadania (Nupemec) em parceria com o Clube de Dirigentes Lojistas de Aracaju (CDL) para que os consumidores com nome no SPC tivessem a oportunidade de quitar suas dívidas com dez empresas e bancos que aceitaram fazer uma negociação prévia com o Judiciário. Mais de seis mil pessoas foram atendidas e puderam passar os festejos juninos com o nome limpo na praça, como o tema do evento sugeriu.

Para atender a população, foram montados estandes no Arquivo do Judiciário, ao lado do Fórum Gumersindo Bessa, o maior de Sergipe. Participaram do Arraiá: Americanas, G.Barbosa, Tyressoles, Ceape, Polishop, Submarino, Universidade Tiradentes, Banese,

Banese Card e Banco do Brasil. Somente dois dos participantes somavam cerca de 600 mil pessoas em Sergipe inscritas no SPC e Serasa. O coordenador de Recuperação de Crédito do Banese Card informou que foram realizados 1.114 acordos durante o evento. “O saldo recuperado superou os R\$ 2 milhões. Foi uma parceria muito importante e o resultado superou em muito as nossas expectativas”, analisou o coordenador.

O segurança Moisés Menezes da Cunha, que estava há sete anos desempregado, conseguiu realizar um bom acordo: a dívida dele foi reduzida de cerca de R\$ 17 mil para R\$ 3 mil. “Foi uma oportunidade excelente. A negociação foi ótima”, disse satisfeito. A dona de casa Rosenilde Batista contou que ao tomar conhecimento do Arraiá pela televisão enxergou uma oportunidade de negociar sua dívida. “É sempre bom estar com o nome limpo,

*Quem procurou o Arquivo Judiciário para tirar o nome do SPC, recebeu senha e esperou o atendimento confortavelmente. Uma operadora de cartão de crédito conseguiu recuperar um saldo superior a R\$ 2 milhões*

nem sempre é por culpa nossa que estamos com dívidas. Consegui fazer um bom acordo”, comemorou.

O Presidente da CDL Aracaju, Samuel Shuster, disse que o resultado foi bom para as empresas e para o consumidor: “Em muitos casos, as dívidas foram abatidas em 90%”, revelou. A Juíza Dauquíria Ferreira, coordenadora do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do TJSE, revelou que o resultado do Arraiá foi tão positivo que já existe a possibilidade de uma segunda edição do evento no final do ano, possivelmente em novembro.

“O Judiciário fez uma negociação prévia de condições de pagamento e parcelamento com as empresas. Muita gente saiu bastante satisfeita. As empresas cumpriram o que foi pré-negociado. Além disso, serviu para aproximar o Judiciário da população”, constatou a Juíza. Segundo o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, o Arraiá foi uma iniciativa exitosa do Nupemec. “Para esse evento, a Presidência deu o apoio necessário e pretende contribuir muito mais em outras atividades, inclusive dotando o Nupemec da estrutura física e de pessoal para a potencialização das suas atribuições”, comentou.

Já o Desembargador Luiz Mendonça, Presidente do Nupemec, agradeceu o apoio recebido pela Presidência e a iniciativa das juízas Dauquíria Ferreira e Maria Luiza Foz Mendonça, que estiveram à



*O Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, com as Juízas Maria Luiza Foz Mendonça e Dauquíria Ferreira. Abaixo, o Presidente do Nupemec, Desembargador Luiz Mendonça, também acompanhou os trabalhos do mutirão. Durante o evento, foram distribuídas cartilhas educativas sobre economia doméstica voltadas para adultos e crianças*

frente da organização do Arraiá. “O Desembargador Cláudio sempre estimulou e propiciou a estrutura necessária para a conciliação e mediação no TJSE. O resultado da ação nos surpreendeu positivamente pela quantidade de pessoas atendidas, pelo montante recuperado pelas empresas e por ter possibilitado às pessoas a devolução da sua estima. Não podemos esquecer de salientar também que ao negociar cerca de 6 mil acordos, deixaram de ser ingressadas no Judiciário todas essas ações. Ganhamos em economia e celeridade”, comemorou.

### Palestras

Também foi elaborada uma programação visando orientar a população sobre consumo consciente. No primeiro dia do evento, um dos palestrantes foi Wenderson Wanzeller, consultor econômico que tem um quadro sobre direitos do consumidor na internet, o Doutor Grana. “Eu coloquei as questões do dia a dia do consumidor e do correntista de forma bem coloquial e ainda mexo com humor dando exemplos. Isso faz com que eles entendam e assimilem. Na palestra, procurei falar, entre outras coisas, das armadilhas que o consumidor enfrenta, dando algumas dicas”, relatou Wenderson.

A dona de casa Márcia Maria dos Santos foi uma das pessoas que viu a palestra do consultor sobre orientação financeira e aprovou o evento. “Vou colocar em prática o que eu ouvi do Doutor Grana. O



*Atores da companhia Arte em Ação distraíram quem esperava atendimento, falando sobre dívidas de uma forma bem humorada. As palestras também agradaram o público*

mundo dá muitas ofertas e a gente tem que saber controlar mais o dinheiro. O povo tem o interesse em limpar o nome, mas muitas vezes as empresas cobram juros abusivos. Então aqui tivemos uma oportunidade ótima de resolver isso”, relatou Márcia, que soube do evento pela televisão.

### Teatro

Além da oportunidade de negociação, quem compareceu ao Arquivo Judiciário assistiu

apresentações teatrais. O grupo Arte em Ação fez uma esquete bem humorada, retratando a situação de consumidores que estavam cheios de dívidas, mas que acabaram resolvendo organizar o orçamento doméstico. Após as apresentações, os atores distribuíram cartilhas para adultos e crianças, confeccionadas pela Diretoria de Comunicação do TJSE em parceria com a CDL, que falam sobre os cuidados com o orçamento doméstico.

## Encontro reúne em Aracaju 60 magistrados

*Durante dois dias, eles discutiram assuntos relacionados à matéria infracional juvenil*



Aracaju sediou, nos dias 22 e 23 de maio, o XV Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv), evento que reuniu 60 magistrados de várias partes do país com o objetivo de ampliar as discussões sobre a matéria infracional, a aplicação das medidas socioeducativas e outros assuntos relacionados aos jovens. A Juíza Coordenadora da Infância e Juventude do TJSE, Vânia Barros, comemorou o engajamento dos colegas durante o Fórum. Mais de 30% dos participantes foram Juízes de Sergipe.

“Tivemos neste evento a participação de 20 magistrados sergipanos, que acomodaram suas pautas para acompanharem as discussões do Fórum. Temos a certeza que cada magistrado que participa de eventos como esse tem uma nova visão sobre a infância e juventude, no que tange à proteção integral e sua concretização”, elogiou Vânia Barros, lembrando que o próximo Fonajuv acontecerá ainda

este ano, em novembro, no Rio Grande do Sul.

O Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Déda, abriu o Fonajuv e destacou o trabalho da Coordenadoria da Infância e Juventude. “Espero que a participação de todos os integrantes do Fórum, dos diversos Estados, seja exitosa e que dessas discussões resultem ações efetivas para a melhoria da atuação do sistema de garantias da Infância e Juventude no Brasil. Quero parabenizar a Juíza Vânia Barros, que trouxe para o TJSE um dos maiores eventos da causa da juventude brasileira”, comentou o presidente.

O Juiz Roberto Ferreira Filho, Presidente do Fonajuv, explicou que o encontro é de extrema importância para que os órgãos que integram o sistema de garantias das crianças e dos adolescentes em Sergipe possam conhecer e participar de perto das discussões sobre o tema, principalmente no que



À esquerda, a Juíza Vânia Barros, Coordenadora da Infância e Juventude do TJSE, recepcionou magistrados de várias partes do país. À direita, acima, Josevanda Franco, especialista em Educação e em Direitos Humanos, falou sobre o Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, do TJSE. Magistrados sergipanos também participaram do evento



diz respeito aos atos infracionais. O encontro abordou temáticas como “Aplicabilidade das Normativas Internacionais ao Direito Infantojuvenil Brasileiro” e “Justiça Juvenil Restaurativa e Construção dos Planos Estadual e Municipais de Atendimento Socioeducativo”.

“O objetivo é trocar experiências e conhecer boas práticas implementadas nos diversos Estados. O Fórum também cumpre o papel de articulação do Judiciário para melhorar o seu atendimento às crianças e aos adolescentes. Além disso, funciona como capacitação, entrosamento, debate de ideias e o fortalecimento do trabalho do juiz para as questões da juventude brasileira”, explicou Roberto Ferreira Filho.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também participou do Fonajuv, representado pela Juíza Auxiliar Marina Gurgel. “A realização do Fonajuv em Aracaju é uma grande oportunidade de prestigiar e reconhecer o trabalho desenvolvido pelo TJSE na área da infância e juventude. É também um encontro onde os juízes podem uniformizar entendimentos com relação a assuntos complexos e criar enunciados para a busca de soluções céleres e eficientes para as questões das crianças e adolescentes”, ressaltou Mariana Gurgel.

Segundo a Juíza Coordenadora da Infância e Juventude do TJSE e organizadora do evento, Vânia Barros, sediar o XV Fonajuv foi

algo significativo para os órgãos integrantes do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes. “Contamos aqui com a presença de mais de 40 magistrados de todo o país para aprofundar a discussão em matéria infracional sob uma perspectiva nacional. No primeiro dia, o Fonajuv abriu o debate para toda a rede de proteção, pois em matéria da infância e juventude não existe isoladamente o trabalho do juiz, do promotor, do defensor e das equipes técnicas. O êxito somente será atingido com a participação integrada de todos os agentes”, concluiu Vânia Barros.

### Discussões

Um dos projetos apresentados durante o primeiro dia do evento foi o *Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PRAIF/SGD)*. Segundo Josevanda Mendonça Franco – especialista em Educação e em Direitos Humanos e colaboradora da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSE – o PRAIF tem várias etapas. “O Estado e os municípios precisam trabalhar de forma articulada para que os projetos atinjam suas metas. Crianças e adolescentes são de responsabilidade de todos e devem ser consideradas prioridades”, alertou Josevanda.

Já o *Projeto PRO-PIA – Dependência Química e Saúde Mental: Protocolo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei*, foi

apresentado por Mônica de Lucca, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses e do Instituto Crack Nem Pensar, e por Eduardo Mylius Pimentel, Presidente da Associação Catarinense de Psiquiatria. “Um levantamento feito em Santa Catarina mostrou que 98% dos meninos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo fazem uso de dependentes químicos. Então, precisamos de ações para que esse número não aumente ainda mais. Temos uma metodologia sistematizada de trabalho que nos permite oferecer algum tipo de atendimento a esses jovens”, constatou a Juíza Mônica de Lucca.

O novo Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei foi apresentado pela Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Marina Gurgel da Costa. Em seguida, Silvia Losacco, Psicóloga, Doutora em Serviço Social e Mestre em Artes Cênicas, apresentou o “Plano Nacional Decenal e a Construção dos Planos Estaduais e Municipais Decenais de Atendimento Socioeducativo”. Já o “Plano Nacional Decenal: Metas para o Poder Judiciário”, foi apresentado por José Dantas de Paiva, Juiz de Direito e Coordenador da Infância e da Juventude do TJRN.

No segundo e último dia do Fonajuv, os magistrados discutiram o regimento e a pauta administrativa do Fórum. A Juíza da 17ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, Aline Cândido, fez parte da mesa na revisão dos



*“O Fórum também cumpre o papel de articulação do Judiciário para melhorar o seu atendimento às crianças e aos adolescentes”*

*Roberto Ferreira Filho, Presidente do Fonajuv (acima, à direita)*



enunciados do Fonajuv, durante a manhã, apresentado pelo Juiz de Direito e Coordenador da Infância e Juventude do TJRO, Marcelo Tramontini. O Juiz da Comarca de Capela, Gaspar Feitosa, também compôs a mesa na aprovação do Regimento Interno do Fonajuv. Cada participante pôde votar, a partir da justificativa apresentada pela manutenção, alteração ou supressão dos enunciados.

### O Fórum

Criado em 8 de agosto de 2008, com o objetivo de ampliar as discussões na esfera da jurisdição em matéria infracional, o *Fórum Nacional da Justiça Juvenil* (Fonajuv) tem caráter permanente e autônomo, sendo composto por magistrados de todos os Tribunais de Justiça. Os encontros institucionais têm sido realizados em diferentes capitais brasileiras, onde são discutidas experiências que permitam a construção de ferramentas que assegurem a eficácia da apuração de prática infracional e aplicação das medidas socioeducativas.

O Fórum conta também com a participação de representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj), da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

# Tema “violência doméstica” é retratado em muros de escolas

*Projeto lúdico da Coordenadoria da Mulher foi realizado com alunos de cinco escolas da rede pública de Aracaju*



**G**rafitagem nas escolas é o nome do projeto lúdico lançado pela Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju. A Juíza Coordenadora da Mulher, Adelaide Moura, explica que o projeto visa provocar uma mudança de cultura em relação ao tema “violência contra a mulher”, utilizando um tipo de arte que se aproxima do público jovem. Participaram do projeto, realizado entre os meses de março e junho, as Escolas Juscelino Kubitschek, Diomedes Santos Silva, Oviêdo Teixeira, Sérgio Francisco da Silva, General Freitas Brandão.

“Agora nos voltamos para um público que está tendo toda visão de mundo e de caráter sendo formado. Estamos usando uma arte que fala de perto com qualquer camada social

porque ela é da rua e todos nós estamos sempre na rua”, analisou a juíza. O projeto foi aberto no Fórum Gumersindo Bessa, no dia 11 de março, quando os alunos assistiram a apresentações teatrais e a uma palestra do Juiz da Vara Criminal de Lagarto, Edinaldo César Santos Júnior.

A primeira apresentação teatral foi protagonizada pela servidora Alessandra Teófilo, da Diretoria de Comunicação do TJSE, junto com o Grupo Arte em Ação. A segunda foi encenada por alunos do Instituto Luciano Barreto Júnior. Durante as apresentações, dois artistas grafitaram em um *banner* uma fênix, ave símbolo da Coordenadoria da Mulher.

Em seguida, o Juiz Edinaldo César Santos Júnior explicou aos alunos vários termos relacionados à Lei Maria da Penha, que em

*Antes do início das oficinas de grafitagem, a Juíza Adelaide Moura, acima, à esquerda, foi às escolas conversar com os jovens sobre violência contra a mulher. Além das palestras, também houve apresentação teatral*

agosto completa oito anos. “A ideia é passar uma mensagem de esperança e demonstrar que nós estamos vivendo hoje uma outra época, de respeito, principalmente de respeito à diferença. A minha perspectiva, em especial, é a beleza do Poder Judiciário estar se aproximando da população”, comentou o juiz, constatando que metade de plateia nunca tinha estado na presença de um magistrado.

“Estamos muito felizes por essa parceria inédita com o Tribunal de Justiça para falar da violência contra a mulher de um modo lúdico. Estamos levando o Poder Judiciário para dentro da escola, sem punição, sem nada que enfade essa relação com a comunidade escolar. Muito em breve vamos colher os frutos desse aprendizado e expandir o projeto”, comemorou a Secretária Municipal de Educação de Aracaju, Márcia Valéria Santana.

Durante três meses, os alunos participaram das oficinas de grafiteagem nas escolas. A aluna do 7º ano, Larissa Cristiane Rodrigues disse que participar do projeto foi mais do que aprender uma arte. “Eu não sabia desenhar e agora eu sei, mas também aprendi muito sobre o tema ‘violência doméstica’ e sei que a mulher não deve ser agredida de nenhuma forma”, enfatizou a adolescente. “Aprendi que, como os homens, as mulheres também têm seus direitos e deveres. Nós homens temos que respeitar isso”, completou o aluno Wesley Pereira.

Já para o monitor



*O projeto começou, em março, com uma palestra no Fórum Gumersindo Bessa, que contou com a presença da Secretária Municipal de Educação de Aracaju, Márcia Valéria Santana (ao lado), e uma palestra do Juiz Edinaldo César Santos Júnior (logo abaixo)*



Dônavam Oliveira, que acompanhou os estudantes ensinando a arte do grafite, participar do projeto também foi um aprendizado. “Eu já tinha participado de projetos ensinando jovens a grafitar, mas nesse foi diferente porque foi inserida uma temática importante e presente na vida de alguns desses jovens. Hoje eles já sabem o que fazer diante de uma situação de violência doméstica”, disse o monitor.

Nos muros de cada escola, os alunos puderam expressar todo o aprendizado adquirido. Entretanto, para a aluna Hanna Melissa, as lições ultrapassam os muros da escola. “Eu pude levar para casa tudo que aprendi sobre violência doméstica contra a mulher”, revelou a adolescente. A Juíza Coordenadora da Mulher, Adelaide Moura, esteve no encerramento do projeto em todas as escolas participantes e, para ela, o resultado foi além do objetivo almejado.

“Buscamos na arte, o desenvolvimento da consciência comunitária de conservação do espaço público. Além disso, disseminamos a paz, porque aprender como se processa a violência é evitar que ela aconteça, principalmente nos lares de cada adolescente que participou do projeto. Ainda, percebo que o projeto foi além do que buscamos em seus objetivos, inclusive, ouvi pessoas garantirem que o muro de determinada escola não será mais alvo de pichações”, avaliou a magistrada.



*“Eu já tinha participado de projetos ensinando jovens a grafitar, mas esse foi diferente porque foi inserida uma temática importante e presente na vida de alguns desses jovens.”*

*Dônavam Oliveira,  
monitor da oficina  
de grafite*

# Unidades jurisdicionais recebem 2.258 novos computadores este ano

*Boa parte das máquinas está sendo entregue em Comarcas do interior de Sergipe*

**A**té dezembro, serão distribuídos pelo Tribunal de Justiça de Sergipe 2.258 novos computadores, destinados, principalmente, a Comarcas do interior. O primeiro lote começou a ser entregue no dia 11 de junho e as contempladas foram as Comarcas de Aquidabã, Barra dos Coqueiros, Malhada dos Bois e Graccho Cardoso. Em seguida, foi a vez dos servidores de Arauá, Pedrinhas, Boquim, Riachão do Dantas, Campo do Brito, Macambira e São Domingos receberem as novas máquinas.

Conforme explicou a Secretária de Tecnologia da Informação do TJSE, Denise Martins, o investimento em tecnologia feito pela Presidência é constante e tem por objetivo aprimorar ainda mais os serviços prestados para a população, além de conferir melhores condições de trabalho ao público interno. Em 2013, foram distribuídos 1.189 novos computadores destinados à virtualização do 2º grau e para unidades jurisdicionais diversas.

“Totalizamos, assim, a substituição de 3.447 novos microcomputadores nesses dois anos. Com as ações voltadas à renovação do parque tecnológico, o nosso jurisdicionado será melhor



*Além de monitores e computadores, também foram adquiridas 500 novas impressoras, que atenderão uma demanda de mais de dois anos*

atendido, os servidores e magistrados contarão com computadores mais céleres e eficientes e a demanda adaptada à realidade do processo eletrônico”, concluiu a secretária Denise Martins. Também chegaram recentemente ao TJSE 500 novas impressoras, quantidade que atende uma demanda de mais de dois anos. Elas substituem as impressoras que não são frente e verso e ainda estão em uso.

A distribuição é feita pela

Secretaria de Tecnologia da Informação com o suporte logístico da Divisão de Patrimônio. Ainda segundo Denise Martins, a ação tornará todo o parque de computadores da Justiça sergipana com menos de três anos de uso, ou seja, dentro do tempo de garantia dado pelos fabricantes e em cumprimento à Resolução nº 90 do Conselho Nacional de Justiça. Também receberão os novos micros o Fórum Gumersindo Bessa, os Fóruns Integrados de Aracaju e setores administrativos do TJSE.

# Tráfico de Pessoas



**Reportagem**  
*Janaina Cruz*

**Fotos**  
*Bruno César*

**Editoração**  
*Eduardo Lins*

# Promessas irrecusáveis fazem, todos os anos, centenas de vítimas no Brasil

*Entre 2005 e 2011, a Polícia Federal instaurou 514 inquéritos e prendeu mais de 100 pessoas acusadas de tráfico interno para exploração sexual*



**E**m ano de Copa do Mundo, com dezenas de craques da bola que brilharam nos estádios do Brasil, fica ainda mais fácil encher de esperança garotos apaixonados por futebol, independente da classe social. Pois era justamente com a promessa de realização do sonho de ser uma estrela dos gramados, que R.P.A conseguiu trazer de vários Estados para Aracaju cerca de 14 adolescentes. Após o primeiro contato em redes sociais, ele prometeu alojamento, alimentação e treino em times conhecidos, como o Sergipe e Confiança. Mas os meninos acabaram presos em um apartamento do Edifício Futuro, no centro da cidade, e abusados sexualmente. O triste é que essa história da vida real é mais comum do que se imagina, mas por medo de denunciar ou falta de provas, os casos de tráfico de pessoas acabam subnotificados e, o pior, sem punição.

Seguindo um rumo diferente, depois de denúncias anônimas, visitas do Conselho Tutelar e uma investigação que durou alguns meses, R.P.A acabou preso pela equipe da delegada Mariana Diniz, do Departamento de Atendimento a Grupos

Vulneráveis da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, no dia 4 de fevereiro de 2013. Ele foi acusado de estelionato, exploração sexual de vulnerável e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. “Ele contava uma história linda e qual jovem não teria seu desejo despertado? É um crime difícil de provar porque, às vezes, a vítima não se sente vítima. A palavra dela é fundamental e, por isso, é necessário um trabalho de conscientização e acolhimento”, enfatizou a delegada.

O processo tramita no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, ainda sem previsão de julgamento porque foram expedidas várias cartas precatórias para os Estados onde residem as vítimas, como Bahia e Minas Gerais, ainda sem retorno. O advogado da vítima ingressou com um *habeas corpus*, em maio do ano passado, que foi negado pelo Desembargador Edson Ulisses de Melo. Enquanto isso, R.P.A continua detido no Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto, em São Cristóvão.

A professora Waldimeiry Corrêa, doutora em Direito Internacional e Consultora do

# Tráfico de Pessoas



*“Ele contava uma história linda e qual jovem não teria seu desejo despertado? É um crime difícil de provar porque, às vezes, a vítima não se sente vítima.”*

*Mariana Diniz,  
delegada do  
Departamento de  
Atendimento a  
Grupos Vulneráveis  
da SSP/SE*

Escritório da ONU para combate de drogas e delitos em matéria de tráfico de pessoas, explica que esse tipo de crime é subnotificado. “Isso acontece por dois motivos. Primeiro por falta de capacitação sobre a matéria. Segundo porque estamos falando de um conceito relativamente novo, que foi adotado no Brasil há dez anos. O tráfico de pessoas passou a ser delito em 2005. Para fins de exploração sexual, somente em 2009”, informou Waldimeiry, lembrando que o Protocolo de Palermo – assinado por vários países, inclusive pelo Brasil, em 2004 – é uma referência internacional para prevenir e reprimir o tráfico de pessoas. “Estamos em um ano simbólico”, destacou.

Para ser caracterizado como tráfico de pessoas, o crime tem que envolver uma ação, um meio e um fim. “Essa ação é de aliciamento, captação, transporte, acolhida e traslado; que ocorre por meio de engano, fraude ou rapto; com o fim de exploração, que pode ser sexual, de trabalho em condições análogas ao de escravo, para remoção de órgãos, venda de crianças ou trabalho infantil. Essas são algumas das modalidades, ou seja, estamos falando de um crime multifacetado. Mas a legislação brasileira não está em harmonia com o protocolo internacional que nós mesmos ratificamos porque tipifica só o tráfico humano para fins de exploração sexual”, criticou professora.

Nesse sentido, o Conselheiro Guilherme Calmon, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acredita que os magistrados têm um papel importante no enfrentamento ao tráfico de pessoas. “Esse papel deve ser em razão das causas que chegam ao conhecimento do Juiz e na busca de identificação de meios processuais mais ágeis, efetivos e céleres quanto à solução das ações



*“A vítima sai de uma situação de extrema pobreza, dizendo para família que vai ser jogador de futebol. Para uma criança pobre, do interior do Brasil, quais são os sonhos? A família apoia porque acredita que aí está a mobilidade social de todos eles.”*

*Waldimeiry Corrêa,  
doutora em Direito  
Internacional e  
Consultora do  
Escritório da ONU*

## Modalidades

Além do caso relatado no início da matéria, existem várias modalidades de tráfico de pessoas. Confira algumas:



### Exploração sexual

Uma operação conjunta das polícias do Brasil e da Espanha desarticulou, no início de 2013, uma quadrilha internacional e libertou brasileiras que eram mantidas como escravas sexuais em Salamanca.



### Trabalho análogo ao escravo

O Ministério Público do Trabalho denunciou, em junho deste ano, uma grande construtora por manter 500 trabalhadores brasileiros em condições análogas à escravidão na obra de uma usina em Angola.



### Mendicidade

Comum na Espanha, onde crianças e mulheres passam o dia vigiados, pedindo esmolas, e são obrigados a entregar todo o dinheiro para o aliciador.



### Matrimônio forçado

Existe na internet catálogos de noivas, com fotos de mulheres para que estrangeiros possam escolher e casar. Chegando no Exterior, elas acabam sofrendo exploração sexual ou trabalho forçado.



### Adoção

Na década de 80, o Sul do Brasil foi assolado pelo escândalo das quadrilhas que levavam crianças de Santa Catarina e Paraná para serem vendidas na Europa e no Oriente Médio.



### Remoção de órgãos

Não é lenda urbana. O caso mais polêmico é o do menino Paulo Pavesi, que em 2000, aos 10 anos, teve os órgãos removidos e supostamente vendidos para transplante. Quatro médicos foram denunciados. O pai do garoto foi embora para Europa com medo de represálias e, este ano, lançou o livro Tráfico de Órgãos no Brasil – O que a máfia não quer que você saiba.

## Números

Os dados mais recentes sobre tráfico de pessoas no Brasil foram divulgados em 2013 pelo Ministério da Justiça, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Eles trazem informações de 2005 a 2011, repassadas por vários órgãos, como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Poder Judiciário, Ministério das Relações Exteriores e até mesmo Ministério da Saúde. No período, houve a identificação de 475 brasileiros vítimas de tráfico internacional, sendo 337 vítimas de tráfico para fins de exploração sexual e 135 de tráfico para fins de trabalho escravo, em 18 diferentes países. Um novo relatório, referente ao ano de 2012, ainda está sendo elaborado. Confira alguns números:

**514**

inquéritos instaurados pela Polícia Federal (**344** de trabalho escravo e **13** de tráfico interno).

**91**

processos distribuídos pelo Poder Judiciário.

**381**

suspeitos de tráfico internacional de pessoas para exploração sexual indiciados pela Polícia Federal, sendo que desses, **158** foram presos.

**117**

pessoas foram presas e **31** indiciadas pela Polícia Federal por tráfico interno de pessoas para exploração sexual.

### Países onde foram encontrados mais brasileiros vítimas de tráfico:

**Suriname**

**133**

vítimas

(funciona como rota para Holanda)

**Suíça**

**127**

vítimas

**Espanha**

**104**

vítimas

**Holanda**

**71**

vítimas

**55%**

dos indiciados são mulheres que atuaram como aliciadoras, recrutadoras ou traficantes.

**Mulheres na faixa dos 10 aos 29 anos**

são, na maioria, as vítimas que procuraram serviços de saúde - geralmente com baixa escolaridade e solteiras.

penais, civis ou trabalhistas que versam sobre o tema. A questão do depoimento da vítima direta e de seus familiares e amigos deve ser tratada de modo particular. O tema sobre a possível atribuição de outra identidade civil à vítima, o depoimento especial, entre outros temas, são fundamentais para uma atuação de mais qualidade, eficiência e agilidade do Poder Judiciário”, argumentou o Conselheiro.

## Medo

Um dos grandes vilões do tráfico de pessoas, que acaba dificultando as investigações policiais e a punição dos criminosos, é o medo que as vítimas têm de denunciar. “Se você está numa situação de vulnerabilidade, qual a sua margem de escolha? As propostas mexem com os sonhos. Geralmente, a vítima sai de uma situação de extrema pobreza, dizendo para família que vai ser jogador de futebol. Para uma criança pobre, do interior do Brasil, quais são os sonhos? A família apoia porque acredita que aí está a mobilidade social de todos eles. A vítima acaba cedendo ou volta para casa. E volta marginalizada”, lamenta Waldimeiry.

Mas o medo pode ser positivo, utilizado como um fator de alerta ao receber a proposta. “Alguém me oferece uma proposta de trabalho na Alemanha, com tudo pago, passagem, hospedagem, mas eu não sei falar alemão. Eu tenho que parar e analisar: estão me oferecendo isso tudo a troco de quê?”, alerta a professora. Já a delegada Mariana Diniz lembra que a denúncia é uma grande arma contra a impunidade. “A gente só inicia uma investigação a partir de uma denúncia”, completou. Então, faça a sua parte. Os telefones são o 100, do Dique Direitos Humanos, e o 181, Disque Denúncia da Polícia Civil.

## ENTREVISTA

### “Tráfico de pessoas é mais ‘vantajoso’ em relação ao de armas e drogas”

*Secretário Nacional de Justiça diz que provas são mais difíceis e penas mais brandas*

Em entrevista exclusiva à revista *Judiciarium*, o Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, falou sobre a dificuldade para obtenção de provas quando se trata de tráfico de pessoas e diz que a legislação brasileira não prevê a tipificação de todas as modalidades desse tipo de crime. Ele ressalta a importância da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico, criada em 2006, dizendo que ela foi um marco na luta por direitos humanos no Brasil, e finaliza a entrevista lembrando que as denúncias são fundamentais para a elucidação do crime.

**REVISTA JUDICIARIUM** – O Brasil criou sua Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em 2006. Qual foi a importância disso? Quais são as principais diretrizes?

**PAULO ABRÃO** – A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, que tem como objetivo elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP). Foi um marco na luta por direitos humanos no Brasil e pela construção da imagem de um país garantidor de direitos e preocupado com sua população. A proposta de política nacional é enfrentar o tráfico de pessoas em vários planos, num movimento que considera, inclusive, a avaliação e o monitoramento com atividades imprescindíveis do ciclo das políticas públicas com

capacidade efetiva de alterar a realidade social. Fiel aos princípios gerais consagrados na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte, o Núcleo da Política Nacional estruturou-se em torno de três grandes eixos de atuação: prevenção, repressão e responsabilização dos autores.

**JUDICIARIUM** – A política nacional prevê a criação das políticas estaduais. As metas devem ser as mesmas ou depende da realidade de cada Estado? Quantos Estados têm a política estadual?

**PA** – Cada Estado tem sua peculiaridade. Atualmente, contamos com 16 Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e 12 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, em todo território brasileiro. Cumpre destacar que o objetivo, tanto de Núcleos como de Postos, é atuar contra o tráfico de pessoas e prestar serviços à população migrante no Brasil. As principais orientações podem ser encontradas no Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas no Brasil.

**JUDICIARIUM** – Como o Ministério da Justiça pode atuar nos Estados que não têm essa política?

**PA** – O plano prevê ações de prevenção, repressão e atendimento

Divulgação



*“A legislação penal é inadequada, pois prevê somente o tráfico para fins de exploração sexual, deixando à margem do sistema outras modalidades.”*

*Paulo Abrão,  
Secretário Nacional  
de Justiça*

às vítimas. Em matéria de prevenção, intensificamos, nesse primeiro ano de vigência do II Plano Nacional, ações de capacitação de profissionais das diversas áreas de atuação no enfrentamento ao tráfico de pessoas, ampliamos a divulgação dos canais de denúncias, apoiamos e promovemos campanhas socioeducativas e de conscientização, como a Campanha da Fraternidade da CNBB e a *Campanha Coração Azul*, da ONU. Em um ano no Brasil, a *Campanha Coração Azul* se espalhou por todo o país e vem sendo amplamente divulgada pela rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante e Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além de diversos parceiros da Política Nacional em todo o país. Para o atendimento às vítimas, investimos no fortalecimento da Rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

**JUDICIARIUM** – Por que é mais difícil coletar provas para esse tipo de crime?

**PA** – O tráfico de pessoas, para o criminoso, é mais ‘vantajoso’ em relação ao tráfico de armas e drogas porque é difícil demonstrar sua materialidade. O ‘objeto’ desse tipo de crime é a própria vítima, que, muitas vezes, não quer ou teme colaborar com a Justiça. Os dados do relatório divulgado pelo Ministério da Justiça, em 2013, apontam que há uma dificuldade em reunir provas do crime, o que dificulta a punição. Outra ‘vantagem’ é a pena para esse tipo de crime, que é bem menor do que as impostas ao crime do tráfico internacional de armas e de drogas.

**JUDICIARIUM** – Como a legislação penal dificulta a manutenção da prisão dos acusados de tráfico de pessoas?

**PA** – Embora a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas seja uma

das mais avançadas do mundo, especialmente no que concerne à preservação dos direitos humanos, nossa legislação não prevê a tipificação de todas as modalidades de tráfico de pessoas previstas da Convenção de Palermo. A legislação penal é inadequada, pois prevê somente o tráfico para fins de exploração sexual, deixando à margem do sistema outras modalidades. Há, de fato, a necessidade de aperfeiçoar o marco regulatório. Para suprir essa lacuna, a assessoria parlamentar do Ministério da Justiça tem promovido esforços no sentido de aprovar o Projeto de Lei 7370/2014, que tramita na Câmara Legislativa e foi aprovado pelo Senado em abril deste ano. O projeto, que trata da prevenção, da repressão e de medidas de atenção às vítimas, internaliza a compreensão internacional do conceito de tráfico de pessoas como crime para finalidades como remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; trabalho escravo, servidão; adoção ilegal e exploração sexual. A pena, assim, seria elevada em um terço.

**JUDICIARIUM** – As denúncias sobre tráfico de pessoas têm aumentado?

**PA** – Sim. Em 2013, o Disque 100 e o Ligue 180, serviços do Governo Federal voltados para a recepção de denúncias na área dos Direitos Humanos, amplamente divulgados na *Campanha do Coração Azul*, registraram 558 casos de Tráfico de Pessoas. A *Campanha Coração Azul* dobrou o número total de denúncias no crime do Tráfico de Pessoas recebidas pelo Disque 100, que passou de 105 em 2012 para 218 em 2013.

**JUDICIARIUM** – Qual a importância da denúncia?

**PA** – O tráfico de pessoas é um crime extremamente subnotificado e a denúncia é fundamental para que as autoridades possam tomar providências no sentido de elucidar esse crime.

## CAMPANHAS

### CNJ e Igreja Católica contra o tráfico humano

Acompanhando a onda das *hashtags*, o antigo jogo da velha dos teclados que faz com que a popularidade de diversos temas possa ser mensurada na internet, o Conselho Nacional de Justiça lançou em suas redes sociais, no final de maio, uma campanha voltada para o combate ao tráfico de pessoas: #GenteNãoSeCompra. As informações alertam para as diferentes modalidades de tráfico, a legislação vigente e o perigo desse tipo de crime. Em menos de 24 horas, o post sobre tráfico desportivo já tinha sido visualizado por mais de 180 mil pessoas e compartilhado por quatro mil.

“O CNJ já desenvolve há, ao menos, quatro anos um projeto de enfrentamento ao tráfico de pessoas, sendo que, nos dias 29 e 30 de maio, realizamos o IV Simpósio Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Desde a internalização do Protocolo de Palermo sobre o tema, o Poder Judiciário também passou a ter que dar maior atenção ao assunto, principalmente no eixo da repressão e efetiva punição dos agentes do crime e no eixo da proteção da vítima”, explicou o Conselheiro do CNJ, Guilherme Calmon, coordenador do Simpósio. Sobre a campanha nas redes, ele acredita que o resultado será positivo, já que a página oficial do CNJ no Facebook tem mais de 700 mil fãs e 240 mil seguidores no Twitter.

Além da campanha, o passo mais importante dado pelo CNJ este ano no combate a esse tipo de crime foi a criação do Fórum Nacional do Poder Judiciário para o monitoramento e efetividade das demandas relacionadas ao tráfico de pessoas (Fonatrape), através da Resolução 197, publicada no *Diário de Justiça Eletrônico* do dia 17 de junho. O objetivo do Fórum – composto pelo Comitê Nacional e pelos Comitês Estaduais Judiciais de Enfrentamento

Divulgação

TRÁFICO DESPORTIVO

Você já ouviu falar?

Criminosos atraem crianças e adolescentes de vários países com a promessa de serem descobertos por um grande time brasileiro. Quando chegam são tratados como verdadeiros escravos: passaporte recolhido, dinheiro enviado pela família bloqueado e sem direito a estudar.

#GenteNãoSeCompra

ao Tráfico de Pessoas – é elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial no enfrentamento do tráfico de pessoas.

Cabe ao Fonatrape promover o levantamento dos inquéritos e ações judiciais que tratem do tráfico de pessoas; monitorar o andamento e a solução das ações judiciais por Tribunal; propor medidas concretas e normativas para o aperfeiçoamento de procedimentos e o reforço à efetividade dos processos judiciais, incluindo a implantação e modernização de rotinas, organização, especialização e estruturação dos órgãos competentes de atuação do Poder Judiciário; integrar os Tribunais e os Comitês Nacional e



No YouTube, os internautas podem acessar vídeo produzido pelo CNJ, que alerta para os perigos do tráfico de pessoas relacionado à exploração sexual, ao trabalho escravo e à remoção de órgãos. Utilize um aplicativo leitor de QR Code no seu smartphone, aproximando a câmera desse código, e você verá o vídeo.

Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; manter intercâmbio com entidades de natureza jurídica e social do país e do exterior que atuam na referida temática; organizar encontros nacionais, regionais e seminários de membros do Poder Judiciário, entre outras atividades.

### **Campanha da Fraternidade destaca direito à liberdade**

Apesar de ter sido o tema escolhido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a *Campanha da Fraternidade* de 2014 – com o lema “É para liberdade que Cristo nos libertou” – o tráfico humano também não é um problema novo para a Igreja Católica. Há dez anos, foi criada a Thalita Kum, uma Rede Internacional de Vida Consagrada contra o tráfico de pessoas, através da qual católicos de inúmeros países atuam na prevenção, assistência e denúncia do tráfico de pessoas.

O padre José Carlos Lima, coordenador da Campanha da Fraternidade em Sergipe, explica que o tema é bastante pertinente para o atual contexto. “O período mais forte da campanha é durante a Quaresma, mas as iniciativas que surgem acabam ficando. Foram feitas panfletagens durante o período da Copa, por exemplo, quando essa questão do tráfico, principalmente para fins de exploração sexual, tende a aumentar”, comentou.

Ao longo do ano, nas celebrações, o tema foi abordado através de textos, preces e reflexões. “No Carnaval, na minha paróquia, em Campo do Brito, fizemos uma tarde de estudos sobre esse tema. Notei que muitas pessoas tinham conhecimento, principalmente por causa da novela *Salve Jorge*. Mas foi conversando que elas se deram conta de que o tráfico de pessoas realmente

existe e que está mais perto do que se imagina”, analisou o padre.

Ele disse que o tráfico de pessoas, na maioria das vezes, é feito de maneira muito sutil. “Você pode até conhecer alguém que foi vítima de tráfico, mas acha que a pessoa foi trabalhar em outro lugar, buscar uma oportunidade”, alertou o padre, lembrando que o texto-base da Campanha da Fraternidade traz uma metodologia própria, dividida em três partes: ver, julgar e agir. Inclusive, na última, o leitor encontra propostas para o enfrentamento ao tráfico humano e canais de denúncia.

Em vários Estados do Brasil, também existe a Pastoral da Mobilidade Humana, que tem se mobilizado contra situações de tráfico humano. No campo, a Pastoral do Trabalhador Migrante Rural, por lidar com as populações mais vulneráveis ao aliciamento para o trabalho escravo, como os migrantes temporários, tem feito um acompanhamento nos lugares de origem e de destino em que se evidenciam situações de exploração. No meio urbano, por exemplo, a Pastoral do Migrante na Grande São Paulo atua junto a imigrantes latino-americanos, pois vários deles trabalham em oficinas de costura em condições análogas à escravidão.

### **Na Bíblia**

Assim como o lema da campanha foi retirado de uma passagem do livro de Gálatas (Gl 5, 1), outros trechos da *Bíblia* abordam o tema escravidão e até mesmo tráfico humano. A história mais emblemática pode ser encontrada no livro de *Gênesis*, a partir do Capítulo 37, que fala sobre José (filho preferido de Jacó), que foi vendido pelos irmãos a mercadores e acabou trabalhando como escravo no Egito.



*“Conversando com as pessoas, elas se deram conta de que o tráfico de pessoas realmente existe e que está mais perto do que se imagina.”*

Pe. José Carlos Lima,  
coordenador da  
Campanha da  
Fraternidade em  
Sergipe



Quer saber mais sobre tráfico humano na Bíblia? Você encontrará respostas no texto-base completo da campanha divulgado pela CNBB.

## NAS TELAS

### Tráfico humano é tema de filme vencedor do Oscar e de novela brasileira

Divulgação



*Doze Anos de Escravidão* levou, em 2014, o Oscar de Melhor Filme com uma história de tráfico humano baseada em fatos reais, ocorrida em 1841, nos Estados Unidos. Apesar de haver uma distância centenária, o crime se repete ainda hoje e com o mesmo mote: uma atraente proposta de trabalho que pode acabar em vários tipos de exploração. No Brasil, o tema foi parar nas telinhas, em 2012, na Rede Globo, através da novela *Salve Jorge*, que mostrou o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e também de bebês adotados ilegalmente por famílias estrangeiras.

“O filme mostra um homem livre que, como músico, aceitou uma promessa de trabalho sem nem duvidar. Foi para outra cidade com pessoas que ele não conhecia, chegando lá foi enganado

e colocado como escravo. E em Sergipe, uma mulher do interior; aceita promessa de trabalho em um restaurante na capital e quando chega a Aracaju vê que não iria servir mesa, mas sim fazer *strip-tease*. Será que isso não pode acontecer? O filme é atual e bem contextualizado, com várias questões”, analisou Waldimeiry Corrêa, doutora em Direito Internacional e Conselheira do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Para ela, a novela *Salve Jorge*, de Glória Perez, também foi importante, mas teve alguns pontos negativos. “A novela cumpriu sua função social de informar ao mostrar que o tráfico está mais próximo do que se pode imaginar e que uma pessoa que se julga bem esperta pode cair nas redes do tráfico. As cenas mostraram quais

*Em 12 Anos de Escravidão, vencedor do Oscar de melhor filme este ano, um músico recebe uma proposta de emprego e acaba sendo escravizado. Já na novela Salve Jorge, uma moça do subúrbio do Rio de Janeiro é convidada para trabalhar como garçonete na Turquia, mas chegando lá é obrigada a se prostituir.*

Divulgação



mecanismos usados por uma rede de tráfico. Abordou, também, o tráfico de bebês, com a história da Aisha. A Glória Perez se baseou em um inquérito da Polícia Federal. Na década de 90, mais de duas mil crianças saíram do Brasil pelas redes de tráfico”, informou a conselheira.

Já um dos pontos negativos da novela, segundo Waldimeiry, foi a abordagem confusa entre prostituição e exploração sexual. “A novela gerou uma confusão no imaginário social que toda pessoa que exerce a prostituição é traficada. Mas a prostituição é uma coisa e o ato sexual forçado é outra. A prostituição exercida de forma livre não é um ato criminalizado. O que acontece é que a mulher pode ser explorada sexualmente, mesmo dando o consentimento prévio”, alertou Waldimeiry, lembrando que muitas mulheres que vão se prostituir no exterior acabam exploradas quando têm uma carga horária de trabalho exaustiva, quando têm o passaporte ou as bagagens retidas.

# Etiologia de “Ignorabimus”



*Hunald Fontes de Alencar\**

Numa época em que a imbecilidade racista, além do já criado conceito anticientífico de raça, aceitava teorias absurdas como a do “criminoso nato”, cujo autor, Lombroso, baseava-se nas características “negroides” (sic!) para traçar o perfil do criminoso; numa época em que a fatídica herança escravocrata apenas transferia suas senzalas para favelas, quatinhos de empregados e vilas retorcidas pelo sofrimento urbano da mão-de-obra barata a tentar sobreviver próximo a fábricas da classe dominante; numa época em que a burguesia rural se urbanizava; numa época em que os componentes dessa classe pagavam aos retratistas para fazer-lhes os quadros, como se brancos esses senhores e senhoras fossem, retratos branqueados apostos sobre lareiras, quase sempre inúteis, quase como uma metáfora das caldeiras já apagadas de seus ultrapassados engenhos; numa época em que o samba se espalhava, embora por mais tempo ainda continuasse como uma contravenção, como a própria capoeira, ainda hoje não permitida nas olimpíadas brancas; numa época em que, e ainda hoje, escutam-se frase como “preto de alma branca”; enfim, numa época, em que predominava o comportamento do “branqueamento”, segundo Nelson Werneck Sodré, essa mesma época, essa mesma classe dominante teve de aceitar a genialidade de Tobias Barreto de Menezes e, logo a seguir, Machado de Assis e Lima Barreto, porque foi na Faculdade de Direito de Recife que surgiu a Escola Teuto-Sergipana, que abriu caminho para a reação antirromântica, e, a partir daí, a “inteligência” não seria mais a mesma.

Lembra-me a frase de Bertold Brecht que asseverava que quanto mais oprimido e opressor fosse o momento, mais criador e criativo seria o artista. Assim foi na Alemanha nazista, assim foi durante a recente ditadura militar, assim fora durante a época de Tobias Barreto de Menezes, cujos elogios hoje se multiplicam, mas à sua época praticamente teria morrido de fome – fome mesmo: não se trata de figura literária, não! Era comum ouvir-se de intelectuais, quando Sílvia Romero, seu ex-aluno e eterno discípulo se aproximava das rodas literárias: “Olha lá, lá vem o Sílvia correr a sacolinha.”

Quando eu era aluno da Faculdade de Direito de Sergipe, costumava contemplar a tela do Mestre Jordão de Oliveira, encomendada pelo querido Professor Gonçalves Rollemberg

Leite, e ainda parece-me escutar-lhe: “O realismo de Jordão faz justiça à genialidade de Tobias Barreto”. Hoje, essa obra faz parte do acervo da nossa Universidade Federal, já que a antiga Faculdade passara a ser Faculdade Federal de Direito, e, como tal, integrou-se na formação da UFS. Acertadamente, no saguão do Tribunal de Justiça de Justiça que leva o nome do autor de Dias e Noites, Tobias nos recebe através dos traços fielmente reproduzidos pelo jovem e talentoso pintor Bené Santana, a partir da tela original.

Quem hoje, em pleno século XXI, constata crimes de racismo com nossos atletas, pode projetar no tempo o que não sofreu o nosso Tobias e acrescentem a isso tudo o fato de ele ter ido estudar na tradicional Faculdade de Direito de Recife que, juntamente com a Faculdade de Medicina de São Paulo e a da Bahia, e, mais tarde a de Engenharia, eram o espaço acadêmico reservado à classe dominante senhorial, mesmo com suas caldeiras quase em fogo morto, transferindo-se para as cidades que inchavam e subiam os morros e moravam em palafitas a mão-de-obra barata herdada da escravidão. É só ver Sobrados e Mocambos e Casa-grande e Senzala de Gilberto Freyre, por exemplo, e, de quebra, ainda ver Josué de Castro, com o antológico Geografia da Fome. E, para ratificar o exposto, é só lembrar que até hoje nossa sociedade exalta Papai Noel nórdico, vestido em lã e de trenó. A tentativa de substituí-lo por um “Vovô-Índio” na época de Plínio Salgado, não “colou”: continuamos capitalistamente fazendo o escambo dos presentes em volta de pinheiros mumificados.

Para mais entender a pressão social preconceituosa, racista e econômica sobre Tobias, ratificamos a tese de Nelson Werneck Sodré e Maria Thetis Nunes de que o título de acadêmico em Direito substituiu o título de proprietário rural dos latifundiários. Explica-se: os casamentos patriarcais eram, de preferência, realizados entre primos e sobrinhos para que o poder econômico da posse permanecesse no núcleo familiar e, como a mulher ainda não tinha acesso à graduação acadêmica, na falta de um parente, o título de bacharel em Direito, Medicina e Engenharia, servia para preencher os pré-requisitos, no intuito de ocupar as cadeiras do parlamento ou de gestores provinciais, os genros providenciais e provinciais. Desta forma, ao tempo em que a burguesia rural se urbanizava para assumir os postos de mando, a pequena burguesia engrossava as fileiras da classe

dominante a que se atrelava para mais ter representantes em um poder cujo único objeto era defender o latifúndio. E o preconceito é tanto que, até hoje, são chamados de doutores apenas os graduados em Direito, Medicina e Engenharia. Hoje se sabe que “doutores” são os que fazem doutorado, mas mesmo assim....

Só mais um dado: não satisfeito em ser aluno da Escola de Direito do Recife, que era considerada como uma antessala do Congresso Nacional, Tobias trava com o rico e branqueado mulato Castro Alves os amores da bela atriz portuguesa Eugênia Câmara. Era uma bela disputa em versos no Teatro Santa Isabel. Mas, além de um ser um verdadeiro galã, “Toninho” como era chamado pelas “mocinhas casadoiras”, era muito rico, e o que fez o autor de “Vozes d’ África”? Tranca a matrícula na Faculdade de Recife, entra no grupo de Teatro de Eugênia, amiga-se com ela, e passa um ano excursionando por todo o país, além de escrever-lhe peças para sua companhia como Gonzaga ou a Revolução de Minas. E, bairrismo à parte, Castro é melhor poeta, mas ambos, literariamente, são prerrealistas, cada um à sua maneira: Castro, pela temática social e pela poesia erótica que antecede o naturalismo. Mas, ninguém como o Tobias teve a ousadia expressa em “Ignorabimus”. Nem mesmo Castro! Se bem que em “Vozes d’África” o baiano não poupe sua crítica, sua ironia, ao narrar a “maldição de Cam”, como origem da justificativa cristã para a escravidão africana.

Mas o que encanta em Tobias é o poder da síntese poética em “Ignorabimus”. Vejamos:

### **Ignorabimus**

Quanta ilusão! ... O céu mostra-se esquivo  
E surdo ao brado do universo inteiro...  
De dúvidas cruéis prisioneiro,  
Tomba por terra o pensamento altivo.

Dizem que o Cristo, o filho do Deus vivo,  
Quem chamam também Deus verdadeiro,  
Veio o mundo remir do cativoiro,  
E eu vejo o mundo ainda tão cativo!

Se os reis são sempre os reis, se o povo ignavo  
Não deixou de provar o duro freio  
Da tirania, e da miséria o travo,

Se é sempre o mesmo engodo e falso enleio,  
Se o homem chora e continua escravo,  
De que foi que Jesus salvar-nos veio? ...  
(1880)

Na produção textual acima, o primeiro desafio tobiático foi a escolha de um poema de forma fixa: o soneto. Se bem que seja uma forma muito usada nos três momentos do classicismo, diminui no realismo e mais ainda no naturalismo.



*Pintura de Bené Santana*



Ora, Tobias enquadra-se já na reação antirromântica, não aceita a frieza descritiva do parnaso, mas poderia perfeitamente ser um exemplo do que seu ex-aluno Sílvio Romero irá tentar nomear: uma possível poesia realista; contudo, isso é um assunto para se discutir em outro texto. Por enquanto, para que não percamos o foco, é dizer que o poema acima armazena elementos clássicos formais, não obstante inaugure uma maneira nova de dizer. Maneira esta do qual serão devedores poetas como Machado de Assis – e só isto bastaria.

Ao lermos estrofes por estrofes, verso a verso, constatamos certos recursos linguísticos não de meros signos arbitrários: mas de provas inequívocas de que os vocábulos atingem o grau mais elevado das palavras; o que nos faz lembrar a diferença que nosso crítico literário Alberto Carvalho fazia questão de afirmar: “Existem sonetistas e soneteiros”, ou seja, os primeiros sabem desenvolver o tema proposto com amplidão sem que se sintam presos às limitações dos quatorze versos e ainda tornam as rimas como uma natural consequência do processo construtivo; já os soneteiros são meros artesãos da métrica, sabem contar bem as sílabas, além de, de forma proposital serem fiéis consultores dos tais dicionários de rima. E aqui abro um parêntese para um rápido registro recente. Certa feita, vindo do seu trabalho burocrático, Carlos Drummond de Andrade foi abordado, por necessidade ou mais por ironia, pelo Maestro Antônio Carlos Jobim que, respeitosamente, solicitou-lhe: “Mestre Carlos, me indique um bom dicionário

de rimas, por favor! Drummond, por trás dos grossos óculos, lhe respondeu mineiramente: “Quem é capaz de escrever a letra de ‘Águas de Março’ não necessita de nenhum dicionário de rimas. Mestre Tom costumava repetir que esse foi um dos maiores elogios recebido em toda a sua vida artística.

Em “Ignorabimus” nada é gratuito. Ao rimar “esquivo” com “altivo”, ou seja, uma igreja conservadora e dona da verdade absoluta ainda sob o poder divino e sobrenatural esquiva-se diante do desafio tobiático, como a pressentir não estar à altura do questionamento que se inicia. O universo “inteiro” sente-se “prisioneiro”. Nota-se aí o emprego múltiplo da hipérbole, da antítese e da metonímia.

A segunda estrofe inicia-se com o verbo na forma da terceira pessoa do plural, não por se tratar de um mero sujeito oculto, mas por uma indeterminação proposital: trata-se de outra figura: a ironia, ou seja, os que assim agem não são dignos de nomes. Ainda na segunda estrofe, a rima de “vivo” e “cativo” reforça a inutilidade da visão conservadora da igreja, a ponto de nulificar a missão do Cristo.

No primeiro terceto, onde tecnicamente deve iniciar-se classicamente a conclusão argumentativa do tema, surge a metonímia com a palavra “reis”, ou seja, os abusadores do poder por si sós são qualificados, ou seja, um mesmo vocábulo “reis” funciona primeiramente como substantivo e depois como adjetivo em função predicativa; e vale lembrar a importância que a palavra “ser” possui para a filosofia.

“Ignavo” rima com “travo”, ou seja, é a ignorância, tão propositalmente idealizada pelo poder, que obstaculiza o exercício da cidadania. Afinal, mudou alguma coisa, ou não continua interessando à classe dominante a incultura popular? Até quando isso é possível, que respondam as bastilhas que a história registra e ainda há de registrar.

Afinal o que será o “engodo” e o “falso enleio” senão o mesmo engano secular e o mesmo envolvimento que, ainda hoje, transforma os direitos constitucionais em meras promessas de recompensas eleitoreiras, incluindo-se a boca de urna, a compra de voto, os “trens da alegria”, e, por fim, a transformação em bolsas de caridade e clientelismo que, somados, atrasam o real cumprimento da cidadania com os instrumentos legais dos direitos e das obrigações.

Por fim, conclui que se o homem “chora”, ou seja, “lamenta”, se ele continua “escravo” é porque tal comportamento criminoso de corrupção ativa e passiva infelizmente tem significado permansivo enquanto o homem não enxerga o tamanho do próprio homem, que somente o conceito pleno de cidadania pode aferir.

Quando chego ao final desta exegese, eu, sofrido, me pergunto: quando foi mesmo que Tobias Barreto de Menezes escreveu este poema?

*\*Membro da Academia  
Sergipana de Letras*

## Do Tribunal para a Índia



Marie Heinisch\*

**L**i uma vez por aí que a missão do verdadeiro líder é tirar seus liderados de onde estão e desafiá-los, colocando-os onde jamais estiveram antes. Recentemente, participando de uma entrevista de trabalho, pediram-me para descrever as situações em que eu tinha sido desafiada profissionalmente e quais resultados obtive. Nos poucos mais de sessenta minutos que transcorreriam dali em diante, eu nem imaginava que iria detalhar tanto a experiência e o aprendizado que o Tribunal de Justiça de Sergipe, onde estagiei por dois anos na Diretoria de Comunicação, proporcionou-me.

Ingressei na Dircom como estagiária em 2011, com 22 anos e muitas certezas pretensiosas sobre a vida e o *savoir-faire*<sup>1</sup> jornalístico. Com muita teimosia também, que foi ignorada pelos meus colegas de trabalho, acabei sendo ‘empurrada’ aos desafios que encontrei ao longo de dois anos. Quando eu batia o pé da forma mais ousada possível e dizia “não vou fazer porque não sei”, ouvia de volta um “não importa, você está aqui para aprender”.

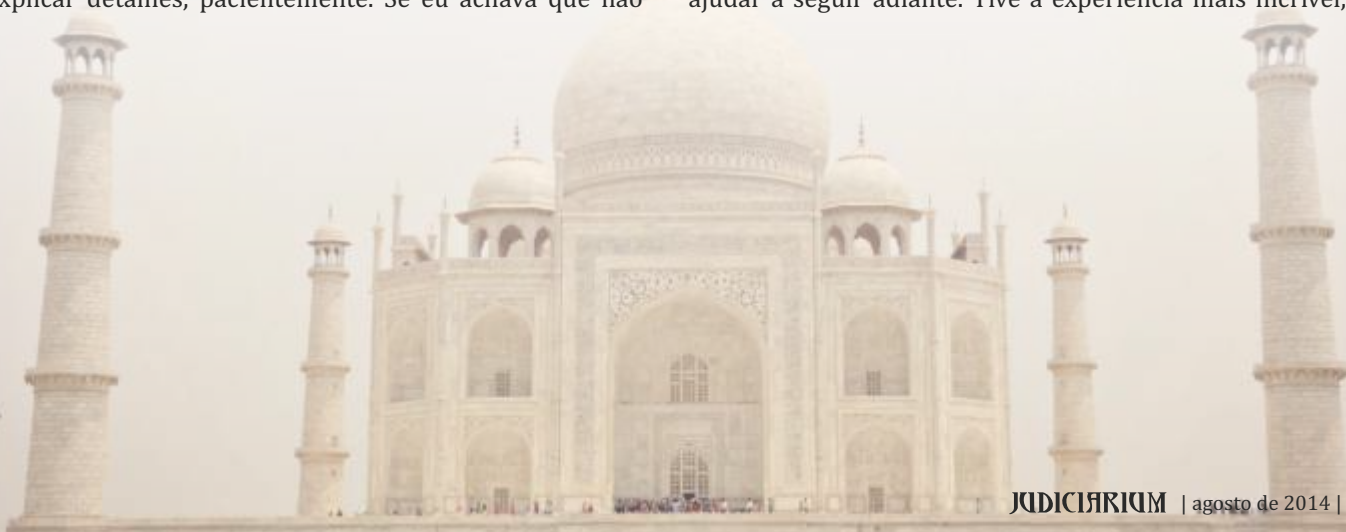
Não sei descrever a Dircom de outra forma que não como uma escola, onde cada um me ensinou sobre alguma coisa. Aprendi a trabalhar com quase todos os meios de comunicação – impresso, *on line*, TV – a lidar com meus receios, a deixar a rebeldia e teimosia de lado para cumprir as formalidades necessárias de um ambiente sério e profissional. Se eu tinha dúvidas, sempre alguém para explicar detalhes, pacientemente. Se eu achava que não

tinha dúvida alguma, era sempre lembrada que estava ali para aprender e que os erros seriam inevitáveis, mas que eu deveria aprender e evoluir com eles.

Integrei várias equipes, redações e assessorias antes de 2011 e em nenhuma delas encontrei um time tão acolhedor, compreensivo, amigável e, principalmente, unido. Todos compartilham a mesma missão e abraçam os desafios com criatividade e senso de humor, o que tornava meus dias cinzas mais leves e me incentivava a alçar voos mais altos. Mas não só de extroversão, paciência e compreensão foram os meus dias.

Quando os erros e a imaturidade se exacerbaram, ouvi verdades duras e muitas vezes difíceis de aceitar, principalmente sobre a realidade que me aguardava mundo afora. Os avisos e observações que recebi ecoaram diariamente na minha cabeça durante os 10 meses que vivi na Índia, trabalhando na área de comunicação, minha primeira experiência depois do estágio no TJSE e já graduada como jornalista.

Enfrentei toda sorte de dificuldades: desorganização, falta de estrutura, ausência de plano de trabalho, barreiras linguísticas e culturais, abusos de poder e tantos outros problemas que vivi durante meses e poderiam encher páginas. Mas tive sempre, mesmo do outro lado do mundo, o amparo dos meus ex-colegas nos dias difíceis para me ajudar a seguir adiante. Tive a experiência mais incrível,



intensa e desafiadora de todas, encontrei todo o tipo de gente e conheci sete países, porém me frustrou ter percebido que o ambiente na Dircom é uma exceção e não realidade.

Para além das cores vibrantes, dos rituais milenares e toda a sua misticidade, viver no subcontinente indiano, com mais de um bilhão de habitantes amontoados lutando avidamente por um pequeno espaço na sociedade, me trouxe uma forte noção de insignificância. Não importa quem você é, de onde veio, suas qualidades ou defeitos, suas metas, problemas, educação (ou falta dela), habilidades, conhecimentos. Não há espaço para polidez, respeito, prioridade ao próximo, candura, compreensão, receios.

Na Índia, com tanta gente tentando sobreviver, somente o metro quadrado ao redor de cada um tem prioridade – e se bobear você perde isso também. Sendo mais uma na multidão, mesmo chamando a atenção como estrangeira de pele clara e roupas ‘ocidentais’, comecei a valorizar o quão importante é ser singular em tudo que fazemos, seja na vida de alguém, no trabalho ou no legado que pretendemos deixar.

Por isso me lembro da minha passagem pela Dircom com sentimentos nostálgicos, onde os detalhes são importantes e valorizados, onde há espaço para idealizações e criatividade, onde os erros são resolvidos com ensinamentos e as dificuldades pessoais são tratadas como humanas e recebem compreensão e consolo. Os dois anos de estágio, por outro lado, me prepararam para o lado difícil da vida, mas também acenderam em mim a visão de que nada é imutável ou impossível, nem as ideias, nem a leveza que busco no caminho.

Fica em mim a eterna gratidão pela sorte de ter convivido e aprendido com todos que tive a chance de conhecer no TJ. E o caminho que se abre diante de mim é a mais sincera consequência disso: como resultado da tal entrevista de trabalho, citada no início, fui aprovada para trabalhar em Londres, numa das maiores multinacionais do mundo. A essa oportunidade eu devo tudo o que pude absorver no dia a dia e nos bastidores das minhas atividades como repórter no TJSE. E a todos que me empurraram rumo aos desafios e mudanças ou me deram incontáveis puxões de orelha: obrigada para sempre. Vocês fizeram mais por mim do que eu consiga agradecer.

---

*\*Jornalista e ex-estagiária do TJSE*

# Convivendo com a menopausa

*Informação e tratamento ajudam a superar essa etapa na vida da mulher*

Janaina Cruz e Maíra Silveira

Muitas são as dúvidas quando o assunto entre as mulheres é a menopausa. O que esse momento representa? Quando ocorre? Quais são os principais sintomas? É possível tratar? Quais cuidados são utilizados nessa fase importante na vida de uma mulher adulta? No Tribunal de Justiça de Sergipe existem cerca de 1500 servidoras que têm entre 40 e 51 anos e podem estar passando por esse período fisiológico. Com o objetivo de esclarecer um pouco mais sobre o assunto, procuramos uma das ginecologistas do Centro Médico e Odontológico do TJSE, Rosita Carvalho.

Para entender a menopausa é preciso, primeiramente, saber o que é climatério. O climatério é o período de transição em que a mulher vai passar da fase reprodutiva para a fase de pós-menopausa. É o momento em que os níveis de estrogênio do organismo começam a diminuir. Não existe uma idade exata, mas pode começar em torno dos 40 anos e se estender até os 65 anos. No início dessa fase a mulher começa a perceber irregularidades menstruais devido à diminuição das funções ovarianas. Em

algumas o ciclo encurta, em outras atrasa, a depender do organismo de cada uma. A data em que acontece o último fluxo menstrual da vida da mulher é que representa a menopausa. Porém, só pode ser considerada após um ano do último fluxo, pois nesse período a mulher pode, eventualmente, menstruar. “Portanto, trata-se de uma data provisória, que pode acontecer entre 40 e 51 anos. Caso aconteça antes dos 40 anos ela é considerada precoce e após os 52 anos é intitulada tardia”, afirmou Rosita.

As mudanças no corpo feminino durante o climatério irão indicar a chegada da menopausa. Os principais sintomas, além das irregularidades no ciclo menstrual já mencionada, são as ondas de calor, suores noturnos, insônia, irritabilidade, nervosismo e ressecamento vaginal ou na pele. “As ondas de calor, acompanhadas por sudorese facial e torácica, principalmente no período noturno junto a crises de insônia, aparecem, em graus variados, em 75% das mulheres. Outro sintoma que também pode ser destacado é a perda de massa óssea, tornando os ossos mais

Foto: Freeimages/Ramasamy Chidambaram



frágeis”, revelou a médica. Esses sintomas ocorrem durante o climatério, portanto podem acontecer mesmo depois da última menstruação.

### Tratamento

O método mais utilizado para tratar a menopausa é a reposição hormonal. Ela traz de volta ao organismo os hormônios estrogênio e progesterona, que suavizam ou reverterem os sintomas. O tratamento varia de acordo com o perfil de cada paciente e somente é indicado para aquelas que realmente apresentam os sintomas relacionados à falta do hormônio. Em alguns casos, a reposição é contra-indicada, pois o estrogênio repostado pode aumentar o risco de algumas doenças se desenvolverem, como o câncer de mama. Porém, a influência é pequena. Segundo Rosita, o risco de câncer de mama está relacionado ao tipo de medicamento usado e ao tempo de exposição a eles. “Antes de termos respostas mais definitivas é preciso verificar cuidadosamente a relação risco/benefício nas mulheres, principalmente as de mais idade, que irão fazer o uso da terapia hormonal por tempo prolongado”, disse.

No entanto, existem medidas alternativas que podem ser tomadas para aliviar os sintomas. Fazer uma dieta equilibrada, controlar os níveis de colesterol e praticar atividade física são algumas das opções. Na disfunção sexual, usar lubrificantes ou fazer exercícios que ajudem na musculatura pélvica. As mulheres devem também

evitar contato com o sol e o consumo de álcool e fumo para que os sintomas não acentuem as possíveis alterações na pele, sempre fazendo uso de hidratação. Já nos casos de osteoporose, é possível fazer uso de cálcio e vitaminas D, E e C.

É importante lembrar que tudo dependerá do organismo de cada paciente e é possível que em algumas mulheres nenhum desses sintomas apareçam. De todo modo, é necessário consultar-se com um ginecologista regularmente, mesmo durante essa fase. O ideal é que a frequência das visitas seja de, pelo menos, uma vez ao ano. O contato com o médico para solicitação de exames complementares ajudará a descobrir, de forma precoce, possíveis doenças.



*A reposição hormonal é o tratamento mais adequado para a menopausa, mas a dieta equilibrada e a atividade física também contribuem para o alívio dos sintomas*

## ANDROPAUSA

A andropausa, conhecida também como a menopausa masculina, ocorre geralmente entre homens de 45 e 55 anos. É quando ocorre a diminuição gradual da função gonadal (testicular), com a queda da testosterona circulante e da produção de espermatozoides. Os homens podem perceber alterações semelhantes as da menopausa, embora não apresentem um ponto tão característico, a exemplo da interrupção no fluxo menstrual da mulher. Ondas de calor, queda da libido (apetite sexual), fadiga, perda da agilidade física, nervosismo e insônia são alguns dos sintomas também sentidos por eles durante essa fase. O tratamento baseia-se na reposição hormonal com testosterona, prescrita e acompanhado por médico, desde que não existam riscos e contra-indicações específicas ao seu uso.

Foto: Flickr/Jean-Rene Vauzelle/CC 2.5



Uma das coisas mais importantes que precisamos ter na vida é uma crença, uma fé, uma consciência do amor de Deus. Isso contribui, certamente, para esclarecer a nossa existência e para sabermos como lidar e compreender os fenômenos da vida na busca constante da felicidade. Nesta edição, destacaremos dois colegas do TJ que retratam suas histórias de vida, desenvolvidas na espiritualidade.

## ANTÔNIO PEDRO MACHADO



Esse colega sergipano é apaixonado pela vida e pelo conhecimento. Numa visão espiritualista, ele desenvolve a sua vida buscando os ensinamentos da palavra de Jesus, evitando a materialidade e transmitindo sua história de vida por meio de poesias, temas universais e crônicas compiladas num livro recém-lançado. Em *O Poeta nos Caminhos da Vida*, ele retrata maneiras para viver melhor, buscando na espiritualidade e na natureza a força produtiva, a criatividade, a capacidade de concentração, o segredo da saúde e o amor da divindade maior. Para Antônio Pedro, “quem se educa, aprende a viver com sensatez e estará sempre no controle porque a base é constituída de amor próprio e fé inabalável no criador”. Servidor do TJSE desde 1991, ele atualmente está lotado na Divisão de Pagamento e Registro. É técnico judiciário, bacharel em Direito com especialização em Direito Administrativo e também bacharel em Comunicação Social e Administração de Empresas.

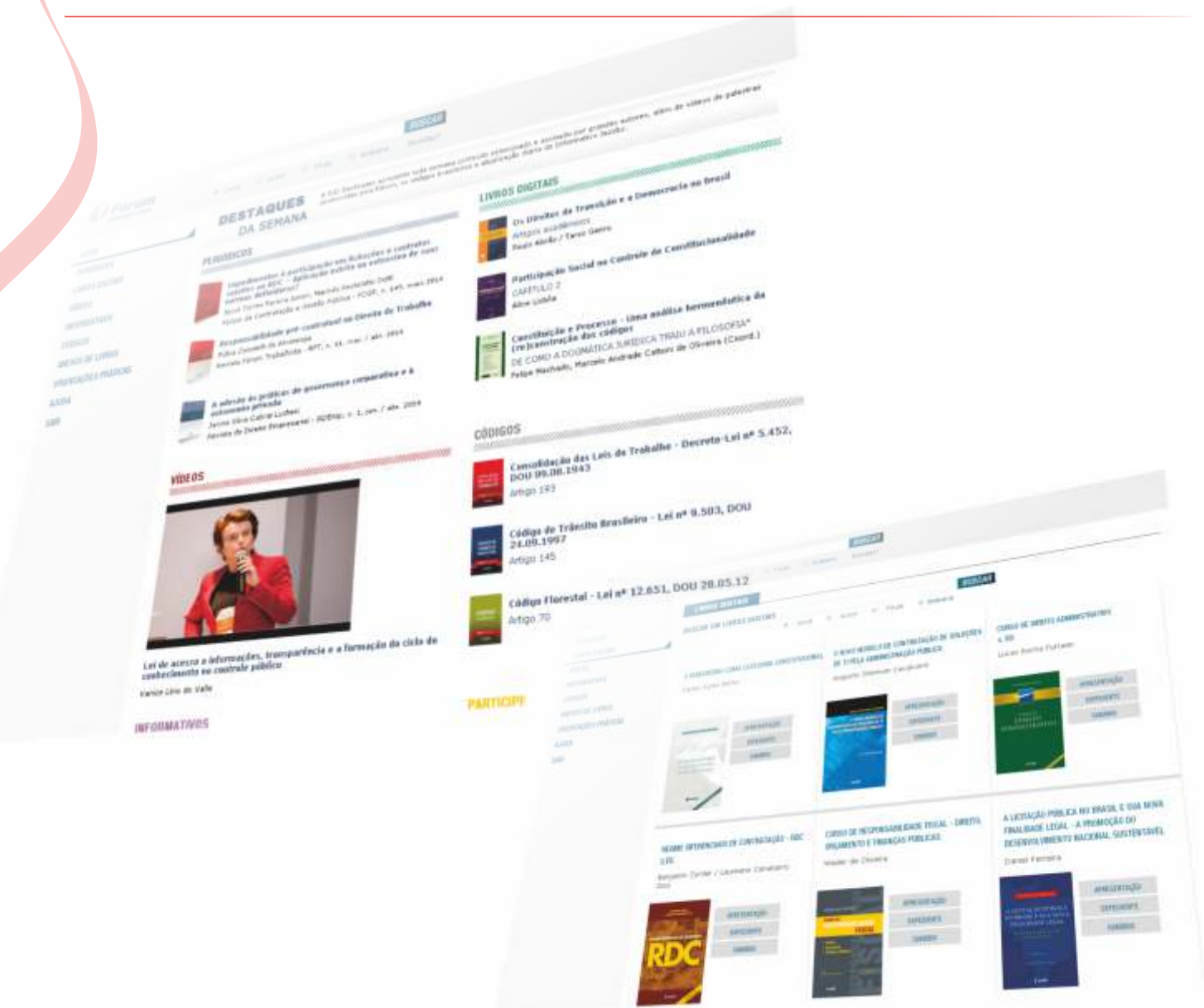
## GINA DE SOUZA MAYNART



Pessoa de semblante puro, quando fala transmite o bem e paz aos colegas da Coordenadoria de Cursos para Servidores da Escola Judicial de Sergipe, a Ejuse, e também às pessoas da Grande Síntese - Instituto para o florescimento do homem, da qual faz parte. Gina busca sempre o trabalho social, o serviço impessoal ao próximo. Ela diz que a evolução e a resolução dos problemas estão na atenção que você dispõe ao outro. Que a energia do bem influencia o nosso ambiente e o planeta. Gina sempre usa o amor em suas atitudes dizendo: “o amor é o jeito que dá jeito em tudo que não tinha jeito”. Escrivã desde 2007, ela já trabalhou no cartório e agora atua na Ejuse. Tanto na vida pessoal quanto no trabalho, ela sempre busca alcançar quatro princípios:

- 1 - Não causar dano a nenhum ser vivente;
- 2 - Veracidade;
- 3 - Serviço impessoal;
- 4 - Pensar que Deus habita em seu coração e no coração de todos os seres.

# DICAS DE LIVROS



A dica desta edição vai, especialmente, para servidores e magistrados do TJSE. É que foi lançada, em junho deste ano, a biblioteca digital. Ao acessar o webmail, na página [www.tjse.jus.br](http://www.tjse.jus.br), em 'aplicações externas', o leitor poderá clicar no link 'Biblioteca Digital' e ter acesso, inicialmente, a 47 livros digitais e 31 periódicos, a exemplo das revistas *Interesse Público*, *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, *Revista Fórum Trabalhista*, *Revista de Direito do Terceiro Setor*, entre outras.

O acesso ao acervo é feito apenas nos computadores do TJSE. As opções são de periódicos e livros digitais, em duas versões: HTML e *flipping book* (que dá acesso ao conteúdo do livro eletrônico). Para os magistrados, o acesso também pode ser feito através dos notebooks funcionais quando conectados à rede do Tribunal.

De acordo com o Presidente do TJSE, Desembargador Cláudio Dinart Déda Chagas, a Biblioteca Central Des. Gervásio de Carvalho Prata tem atualizado o seu acervo mediante a constante aquisição de novas obras relacionadas à área jurídica. "A biblioteca digital é mais um instrumento colocado à disposição do corpo funcional do Judiciário para subsidiar as pesquisas jurídicas, melhorando a qualidade da prestação jurisdicional. É, sem sombra de dúvida, um objeto técnico-científico a integrar a infraestrutura da informação necessária ao desenvolvimento da pesquisa na seara do Direito, servindo de fonte para o aperfeiçoamento das decisões com base na atual orientação jurídica", destacou o Presidente.

SOU VOLUNTÁRIO,

SOU

Ser  
Humano

PROGRAMA DE APADRINHAMENTO

apoio:



**mentefêtil**  
comunicação & imagem

realização:

Coordenadoria  
da Infância e da  
Juventude

3226-3877 / 3226-3878



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE SERGIPE

# Quer falar com o Tribunal de Justiça de Sergipe?

A Ouvidoria é mais um meio de comunicação com você.

**Queixas, denúncias,  
sugestões ou elogios**

Acesse:

**WWW.TJSE.JUS.BR/OUVIDORIA/  
0800-079 0008**



**OUVIDORIA GERAL**  
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE